



**"Nosso maior desafio é não permitir o retrocesso, a volta daqueles que implementaram as políticas neoliberais na década de noventa"**

**Artur Henrique, presidente nacional da CUT**



## 25 MIL NO PACAEMBU PELAS 40 HORAS, JÁ!

# ASSEMBLEIA DEFENDE PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: MAIS EMPREGO E RENDA



**A presidenta da CNTV, Cida Trajano, ao lado de Vagner Freitas, da CUT Nacional**

**Conferência Nacional da Classe Trabalhadora definiu agenda comum para mobilizar o país: Estado forte e atuante para promover crescimento**

“A assembleia realizada no estádio do Pacaembu no dia 1º de junho de 2010 entrou para a história do país, estampando o crescente protagonismo do movimento sindical brasileiro que luta, unido, pela afirmação de um projeto nacional de desenvolvimento, que gere mais emprego, renda e direitos”, afirmou a presidenta da CNTV/CUT, Cida Trajano.

Com animada presença dos trabalhadores da indústria têxtil, do vestuário, couro e calçados. As 25 mil lideranças de mais de cinco mil sindicatos presentes na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora aprovaram uma agenda comum pela “soberania, democracia e valorização do trabalho” e sublinharam a necessidade de barrar qualquer retrocesso nas próximas eleições.

No documento unitário, CUT, Força, CGTB, CTB e NCST sublinham a necessidade de “fortalecer a presença das empresas nacionais nas cadeias produtivas”, ampliando o papel do Estado para “garantir o equilíbrio macroeconômico e estimular o fortalecimento do mercado interno, com políticas de acesso ao crédito, de redução dos juros e de distribuição de renda e riqueza”. Para as centrais, é preciso um Estado forte para “promover o equilíbrio federativo e a superação das desigualdades regionais”.

Este boletim é todo dedicado à Assembleia. Boa leitura!



# FORTALECER MERCADO INTERNO ELEVAVEL NÍVEL DO EMPREGO E SALÁRIOS



Costureiras do ABC, Fiação e Tecelagem de João Pessoa-PB, Pernambuco e Sorocaba-SP, Unificado de São Paulo, Confeção Geral do Ceará, Calçados de Porto Alegre e Sapateiros de Sapiranga, presentes ao histórico evento.

## Aumento real de 54% no salário mínimo beneficia mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras

“O crescimento econômico dos últimos anos, apoiado principalmente no fortalecimento do mercado interno e em políticas redistributivas, resultou em melhora na distribuição de renda e nas condições de vida da população. No entanto, ainda há um enorme déficit social a ser superado”, destaca o documento aprovado na Conferência.

Os 25 mil participantes definiram que é preciso “aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei que materializa o acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo de valo-

rização do salário mínimo”, cujo aumento real de 54% beneficia diretamente mais de 40 milhões de trabalhadores; “promover o crescimento econômico com mecanismos distributivos dos ganhos, inclusive desenvolvendo políticas que deem suporte à partilha dos ganhos de produtividade”, “intensificar políticas para aumentar a formalização do trabalho, como forma de elevar a participação do salário na renda nacional”, “coibir a rotatividade da mão de obra de forma a evitar a redução dos salários” e “ampliar e fortalecer o Piso Salarial Regional”.

## CHEGOU A HORA DE REDUZIR A JORNADA

A aprovação da PEC 231/95, que propõe a redução constitucional da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução de salário, aliada ao aumento da hora extra de 50 para 75%, poderá gerar mais de 2,2 milhões de novos empregos, aponta o Dieese.

Para as centrais, esta é uma medida prioritária, porque os índices de produtividade subiram imensamente desde a última redução da jornada (de 48 para 44 horas) aprovada na Constituição de 1988. “É preciso limitar o trabalho em jornada extraordinária e destinar parte da jornada remunerada para atividades de educação e qualificação profissional, através de legislação específica”.

## INVESTIR NA SEGURIDADE SOCIAL E GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE

Para as centrais sindicais, consolidar o sistema de seguridade social brasileiro, “inclusivo e estável”, significa fazer cumprir os preceitos da Constituição, “assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento”, “garantir que orçamento da seguridade social seja utiliza-

do somente para o seu financiamento”, “elevar a qualidade dos serviços de saúde pública e fortalecer a medicina preventiva”, “elevar o percentual do orçamento público com o Sistema Único de Saúde (SUS)” e “ampliar e estimular a produção de medicamentos genéricos”.

**UNIVERSALIZAÇÃO** - Em relação à educação, a plataforma propõe medidas para “universalizar o acesso e a qualidade do ensino público em todos os níveis”, “incentivar políticas de combate à evasão escolar”, “cumprir



Cutistas pintaram o Pacaembu de vermelho

a Constituição Federal, que determina a aplicação de recursos vinculados de, no mínimo, 18% da União e 25% dos Estados e municípios para manutenção e desenvolvimento do ensino público”, “universalizar a educação infantil e o acesso às creches públicas”, “promover o acesso à educação técnica, tecnológica e profissional, combinado com educação formal para os jovens”, “garantir e ampliar a participação dos trabalhadores na gestão do Sistema S” e “melhorar as condições de educação no meio rural”.

## PELO FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

“Garantir um sistema de previdência social pública e universal, estabelecer uma política de valorização e recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e extinguir o Fator Previdenciário e a Alta Programada” são pontos de honra para os sindicalistas.

## O PETRÓLEO DO PRÉ-SAL É DO POVO BRASILEIRO

A plataforma propõe “a aprovação de uma nova legislação para o petróleo do pré-sal, garantindo a participação majoritária da Petrobrás no regime de partilha da produção, o controle nacional das reservas e de sua exploração e que os recursos do pré-sal sejam revertidos em educação, desenvolvimento social, tecnológico, investimento industrial e geração de emprego e renda”.